

BRASÍLIA E A POSSIBILIDADE DE UM URBANISMO NÃO UTÓPICO¹

BRASÍLIA AND THE POSSIBILITY OF A NON-UTOPIAN URBANISM

LUCIANA SABOIA, GUILHERME LASSANCE, CAROLINA PESCATORI, CAUÊ CAPILLÉ

RESUMO

O urbanismo contemporâneo tem por referência dominante o modelo da cidade compacta, usado para desqualificar o fenômeno do espraiamento urbano em prol de determinado modo de vida e organização espacial considerados mais compatíveis com os atuais princípios do desenvolvimento sustentável. Essa referência à cidade compacta assim como os critérios de valor e de validade que ela estabelece em termos de qualidade urbana remetem à crítica feita às utopias futuristas do urbanismo moderno pelos defensores de um retorno aos princípios espaciais da cidade tradicional como solução para o crescimento urbano exponencial e disperso. Servindo-nos de uma análise dos diferentes aspectos utópicos do projeto para o Plano Piloto de Brasília assim como das críticas que foram erguidas contra ele, pretendemos mostrar, à luz do conceito de retrotopia cunhado por Zygmunt Bauman, que estas mesmas críticas adotam um referencial nostálgico não menos utópico. Essa análise, alimentada pela definição da própria noção de projeto, nos conduz então a levantar um questionamento sobre a possibilidade de um urbanismo não-utópico ao qual respondemos com uma reflexão que mobiliza o conceito de atopia proposto por Byung-Chul Han. A partir dele, ensaiamos algumas pistas para a construção de uma abordagem que seja menos refém da armadilha utópica e da lógica dicotômica que parece sempre fugir da realidade presente, a fim de transformar Brasília em uma referência útil para poder lidar com a complexidade da discussão sobre forma urbana e os desafios inerentes à cidade do século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Atopia. Brasília. Utopia. Retrotopia. Urbanismo.

ABSTRACT

Contemporary urbanism has the compact city model as a dominant reference, frequently used to disqualify the phenomenon of urban sprawl in favor of a particular way of life and spatial organization considered to be more compatible with current sustainable development principles. This reference to the compact city as well as the criteria of value and validity that it establishes in terms of urban quality refers to the criticism made to the futuristic utopias of modern urbanism by the supporters of a return to the spatial principles of the traditional city as a solution to exponential and dispersed urban growth. Using an analysis of different utopian aspects of the Plano Piloto project for Brasília, as well as the criticisms that were raised against it, we intend to argue, in light of the concept of retrotopia coined by Zygmunt Bauman, that these same criticisms adopt a no less utopian nostalgic reference. This analysis, fed by the definition of the notion of project itself, leads us to raise a question of the possibility of non-utopian urbanism, to which we respond with a reflection that mobilizes the concept of atopia proposed by Byung-Chul Han. We then envisioned some clues for the construction of an approach that is less hostage to the utopian trap and to the dichotomous logic that always seems to escape from the present reality, in order to transform Brasília into a useful reference to deal with the complexity of the discussion on urban form and the challenges inherent to the 21st-century city.

KEYWORDS: Brasília. Utopia. Retrotopia. Atopia. Urbanism.

INTRODUÇÃO

O ATUAL ESTADO da arte em matéria de urbanismo privilegia o conceito de “cidade compacta” como paradigma espacial capaz de nos ajudar a resolver os problemas crônicos das nossas cidades e inseri-las num ciclo virtuoso de desenvolvimento sustentável (UN HABITAT, 2015). Para defender tal paradigma, invocam-se questões em aparência irrefutáveis relacionadas com os maiores custos de infraestrutura (saneamento, transporte, equipamentos) induzidos pelo modelo espacial da dispersão urbana. Potencializada por essa argumentação técnica, ergue-se uma defesa das qualidades da cidade tradicional, densa e estruturada por espaços públicos caminháveis e significantes, conformados por ruas e praças. A atual apologia à cidade compacta reforça assim, por oposição, a crítica ao espraiamento cuja origem e causa podem então ser imputadas à dimensão utópica das teses e realizações do urbanismo moderno considerado culpado pela rejeição à cidade tradicional e sua desestruturação espacial que acarretou na perda das qualidades a ela associadas.

O fundamento crítico de revisão da realidade existente que move toda utopia (CHOAY, 2005, 2010) transforma-se assim em principal alvo da crítica que contra ela se ergue. Diante dessa circularidade crítica, perguntamo-nos então se a revisão da revisão não seria também uma outra utopia, contida, neste caso, na idealização e romantização de um modelo imaginário de cidade tradicional habitada por uma sociedade idealmente igualitária e em muitos aspectos distinta da realidade presente. Se o conceito de *retrotopia* recém cunhado por Bauman (2017) ajuda a confirmar tal relação, surge para nós então um premente e, em aparência, inevitável questionamento sobre a possibilidade de um urbanismo não-utópico.

Para avançarmos na direção de uma discussão sobre essa possibilidade, usaremos aqui o caso do projeto para o Plano Piloto de Brasília cujo aniversário de seis décadas de sua inauguração coincidiu com o momento de aguda crise sanitária mundial e consequente intensificação da reflexão sobre forma urbana e cidade no século XXI. É nesse contexto que o presente texto pretende problematizar o próprio conceito de utopia historicamente associado à revisão crítica sobre a realidade urbana existente, abordando, para isso, a cidade considerada por muitos como maior exemplo de realização produzida pelo pensamento utópico associado ao urbanismo moderno. A capital brasileira tem a significativa especificidade de constituir-se uma das maiores concretizações do movimento moderno no século XX e, por isso, ter o tombamento de seu sítio urbano e a classificação da Unesco como Patrimônio Mundial da Humanidade. Por outro lado, Brasília, como capital e metrópole em rápido desenvolvimento, traz consigo a problemática da cidade contemporânea com a expansão de seu território urbanizado através da criação de novos setores e cidades-satélites de distintos tecidos e potenciais, com a ampliação de redes viárias e de novos transportes coletivos e conexões cada vez mais “curtas” com as metrópoles vizinhas.

Numa primeira parte do texto, analisamos os aspectos do projeto que confirmam essa relação entre utopia, projeto e planejamento. Em seguida, apresentamos evidências da circularidade crítica que contrapõe a utopia futurista do projeto à utopia nostálgica da cidade tradicional. Como a encarnação da ‘cidade funcionalista’, Brasília incorporou todas as críticas feitas ao movimento moderno no plano internacional e no debate interno. Seus espaços vazios eram denunciados como espaços silenciosos e sem vida cidadina. A nova estrutura urbana espacial é criticada como uma cisão entre as cidades tradicionais brasileiras. Os espaços abertos são duramente criticados pelas suas discrepâncias morfológicas em comparação às praças e ruas das cidades ditas tradicionais.

Em conclusão, ensaiamos algumas pistas para uma abordagem menos contaminada por essa dicotomia e o possível aproveitamento de Brasília enquanto referência de um urbanismo não-utópico.

A UTOPIA DE BRASÍLIA

No Brasil, quando nos referimos ao conceito de utopia, vem-nos logo à mente o exemplo de Brasília e de seu projeto urbanístico. Neste ano de 2020, em meio às crises que vivemos, a capital do país completa seis décadas de existência e, apesar do tempo transcorrido desde a inauguração em 21 de abril de 1960, essa associação continua muito presente e pode ser lida nos próprios títulos dos eventos e publicações que tratam do assunto.

Um primeiro aspecto do elo de Brasília com a ideia de utopia diz respeito à sua própria realização, o que, em si, constituiria para muitos autores uma contradição². Considerada um feito histórico, a cidade foi construída em apenas quatro anos entre 1957 e 1960 – um tempo extremamente curto, correspondente ao prazo limitado de um mandato político. E é justamente esse desafio temporal que confere à nova capital seu caráter épico e irreal próprio da utopia. Imaginada pela política desenvolvimentista dos “50 anos em 5” adotada por Juscelino Kubitschek, a construção de uma nova sede para o governo federal tinha como objetivo declarado a interiorização e propagação de novos centros urbanos em regiões ainda pouco povoadas. De fato, o projeto se encontrava amparado pela ideia de que “[...] dois terços do território nacional ainda estavam virgens de presença humana. Eram os vazios demográficos” (KUBITSCHECK, 2006, p. 7).

Assim, outro aspecto que dá respaldo a essa vinculação de Brasília com a utopia foi sua implantação em território conceitualmente desprovido de pré-existência humana³. Além de acrescentar certo heroísmo à sua criação, esse isolamento geográfico não deixa de remeter às origens do próprio termo ‘utopia’, criado no início do século XVI para designar uma ilha imaginária, afastada do mundo conhecido, onde vivia uma sociedade perfeita e feliz. Essa qualidade, perfeição e felicidade têm justamente a ver com a condição de existência ‘fora de mundo’ (da origem grega do próprio termo que associa a ‘topos’, lugar, o prefixo de negação ‘u’)⁴. Cabe lembrar que a criação desse termo foi

influenciada pelo fascínio, à época, com os relatos épicos de viagens ultramarinas, o que, de certo modo, nos permite reforçar certo grau de parentesco dessa referência com o significado da almejada interiorização do país e que foi, segundo o próprio idealizador do projeto, o de uma *segunda colonização*.

O fascínio renascentista com os relatos de seus navegadores esteve também sob forte influência do ambiente intelectual em que se desenvolvia o pensamento humanista e sua capacidade de crítica à sociedade em que se vivia no sentido de um desejo de racionalização da vida em todos os seus diversos aspectos. Provas disso foram os inúmeros tratados que pretendiam regular códigos de conduta a partir da construção de critérios considerados universalmente válidos porque associados a uma definição igualmente universalizante de um homem transformado em novo referencial. Uma consequência desse processo de racionalização no campo da arquitetura foi o início de uma longa tradição tratadística que teve por texto inaugural o *De Re aedificatoria* de Leon Battista Alberti⁵. É nesse contexto que surgem projetos de cidades ideais pautadas pela razão e pela precisão geométrica de seus traçados, concebidas como dispositivos para reformar a sociedade, em substituição ao desenvolvimento anárquico resultante de iniciativas individuais que caracterizava a cidade medieval. Apesar de se materializarem por desenhos e regras espaciais de projetos que raramente foram executados por contrariarem os interesses privados da burguesia detentora de poder econômico e político, essas propostas utópicas do urbanismo renascentista permitiram que se pensasse sobre uma nova organização social. Os idealizadores dessas cidades com traçados retilíneos vão assim usá-las como meio para teorizarem sobre as regras de vida, conduta e convívio social, fazendo da sociedade um mecanismo no qual cada indivíduo tem lugar e função minuciosamente definidos⁶.

Como sabemos, esse pensamento racional está também na origem do reconhecimento da arquitetura e do urbanismo como campo de atividade eminentemente intelectual e do fortalecimento da noção de *projeto* – tão central para nós hoje –, como capacidade de antecipação por projeção no futuro de uma realidade considerada melhor, mas ainda não existente.

Com isso, chegamos ao terceiro fator que liga Brasília à noção de utopia: promovido no seio dessa profissão antecipadora de futuro, o urbanismo moderno ao qual se vincula é um legítimo herdeiro desse pensamento racional movido pelo desejo de reforma social. O heroísmo utópico de Brasília tem assim relação com seu reconhecimento como uma das maiores concretizações do Movimento Moderno no século XX. Logo na inauguração, ela foi denominada, nas palavras de André Malraux, 'capital da esperança' de um Brasil Novo em vias de desenvolvimento. O projeto moderno significou a abertura para um país que ainda estava por vir, a partir de espaços abertos, horizontes livres, espaços públicos igualitários graças aos quais poder-se-ia gerar uma nova ordem social.

Para isso, foi preciso, desde o início, evitar que os erros e os efeitos perversos da colonização não prejudicassem ou contaminassem essa nova

empreitada, carregando para aquele “novo mundo” da imensidão ainda intocada do planalto central a ‘sujeira’ dos problemas sociais e da dependência cultural do Brasil colonizado. A saída foi apelar para uma vinculação do projeto com referências de caráter irrefutável.

Essa necessidade explica a atitude anti-autoral adotada por Lúcio Costa ao apresentar sua proposta como “[...] solução possível, que não foi procurada, mas surgiu, por assim dizer, já pronta” (COSTA, 1995, p. 283). e da qual queria apenas se desvencilhar. Sua instalação como solução universal é também devedora do uso de referências ancestrais como a do “[...] gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz” (COSTA, 1995, p. 283).

Uma outra referência mobilizou a dimensão mística da localização da futura capital do país na região do planalto Central entre os paralelos 15 e 20. Ela coincidiu com a localização dada em uma visão profética de Dom Bosco, santo Italiano, em 1883. Esta profecia afirmava que surgiria uma “grande civilização” com uma “riqueza inconcebível”.⁶, em seu livro “Porque construí Brasília” (2009), admite o caráter mítico e profético quando narra sobre a profecia de Santo Becchi e afirma que:

Quando li essas palavras nas suas Memórias biográficas, não deixei de me emocionar. Meditei sobre a Grande Civilização que iria surgir entre os paralelos 15 e 20 – justamente a área em que estava construindo, naquele momento, Brasília. O lago, da visão do santo, já figurava no Plano Piloto do urbanista Lúcio Costa. E a terra prometida, anunciada repetidamente, pela misteriosa voz, ainda não existia de fato, mas já se configurava através de um anseio coletivo, que passara a constituir uma aspiração nacional. Ali, ‘correria leite e mel’ (KUBITSCHEK, 2006, p. 19).

Se a ideia original de mudança da capital persistiu ao longo da história do Brasil, inclusive com a combinação de ufanismo e misticismo, Ricardo Farret (1985) pergunta: “por que Brasília foi implantada somente nos anos 50?” Farret argumenta que a ocupação da “periferia” de terras inexploradas economicamente satisfazia as necessidades do “centro” industrializado. Para Kubitscheck era necessário sair de um estado de atraso e de economia arcaica para entrar ‘na era atômica’. Brasília representava o desejo de progresso e a angústia insaciável por modernidade viabilizada por uma política desenvolvimentista calcada tanto no nacionalismo como na abertura ao capital estrangeiro:

A obra que tenho de cumprir é cheia de dificuldades e asperezas, bem o sei. Mas o Brasil exige que ela seja atacada com decisão. É necessário fazer a opção definitiva entre a marcha no rumo da expansão, que situará o País, por maiores que sejam os sacrifícios do momento, entre as grandes nações modernas, e a permanência na posição insatisfeita e frustrada de não ter sido capaz de conquistar o estágio de progresso a que o destinaram suas imensas possibilidades naturais (KUBITSCHEK, 2006, p. 47).

A UTOPIA CRITICADA

O impacto da construção da nova capital brasileira dividiu a crítica arquitetônica nacional e internacional entre exaltação e rejeição. De um lado, houve a exaltação da epopeia da construção de uma capital totalmente planejada e implantada em quatro anos; e por outro, a rejeição de uma cidade por demais artificial, considerada sem identidade cultural. Se Brasília foi considerada como a encarnação da “cidade funcionalista” apresentando-se para muitos como uma versão literal da Carta de Atenas, outros relativizavam as influências do CIAM e de Le Corbusier para acentuar o caráter original do gesto emancipatório da criação de uma nova capital. Assim, Brasília foi vista como ápice do movimento moderno brasileiro, endêmico à formação nacional, mas sua estrutura urbana foi também alvo de críticas por tratar-se de uma cisão com as cidades tradicionais brasileiras. James Holston (1993, p. 11), em seu livro “A cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia”, enreda esta cisão como espaços silenciosos e sem vida cidadina:

A viagem rumo à Brasília, através do Planalto Central, é uma jornada de separação. Faz o viajante confrontar-se com a separação entre a Brasília modernista e o Brasil de todos os dias; entre os densos povoamentos do litoral e o vazio do interior; entre o congestionamento e a aglomeração das grandes cidades e os silenciosos horizontes do planalto; entre as praças do interior; com suas feiras e suas conversas; e os espaços vazios de Brasília, onde não há praças nem feiras; entre a civilização e a fronteira; entre o subdesenvolvimento e o incoerentemente moderno.

O vazio é apontado como “radical break with Brazilian history” (“rompimento radical com a história brasileira”), os espaços abertos são duramente criticados pelas suas discrepâncias morfológicas em comparação com as praças e ruas das cidades ditas tradicionais. Brasília passa a ser considerada uma ‘paisagem de objetos’, que não são percebidos como parte da paisagem cidadina conhecida, como quando chegamos a uma praça dentro da cidade e sentimos a sensação de estar efetivamente em um “lugar”:

Um espaço convexo corresponde ao que entendemos por ‘lugar’ numa pequena escala: um trecho distinto de uma rua, uma praça. Ao caminhar pelo espaço aberto da cidade, sabemos intuitivamente que sempre cruzamos transições (invisíveis) entre dois lugares (entre dois espaços convexos) ao dobrarmos uma esquina, ao adentrarmos numa praça (HOLANDA, 2002, p. 126).

A crítica à Brasília parte da negação de sua organização espacial, desvinculada dos princípios historicamente conhecidos de densidade, compacidade, continuidade, fechamento compositivo, arquitetura como elemento definidor dos espaços abertos e predominância dos espaços privados em relação aos espaços públicos.

Outra dimensão da crítica à Brasília reside na própria dimensão utópica de seu projeto e realização, entendida como ideológica e alienada (BICCA, 2012, p. 217):

A realidade alienante, da qual Brasília é ao mesmo tempo suporte e agente, não pode ser vista como qualquer coisa que lhe é exterior, estranha a sua gênese, alheia à maneira como foi concebida e construída. A partir do “gesto primário”, e continuando no momento em que, por outras mãos, passava-se do papel ao “risco” sobre o real, as determinantes de Brasília já estavam dadas.

Para Carlos Nelson (SANTOS, 2012), Brasília era um “sonho ideológico que se tornou pesadelo”, o exato oposto da utopia prometida.

A arquitetura tem uma vantagem em relação a outras áreas do conhecimento: ela não pode enganar; só existe quando se realiza e, quando se realiza, se revela por completo. Depois de Brasília, a brincadeira do engano acabou. A prova disso é que espaço proposto como nivelador, anulador de privilégios e criador de felicidade terminou servindo às mil maravilhas como o modelo mais acabado de uma sociedade urbana hierarquizada, rígida, onde se alcança a felicidade mediante o poder de consumir qualquer coisa, inclusive vantagens e monopólios sobre os escassíssimos recursos urbanos. Brasília é o paradigma do contrário do que se propôs a ser.

Se Brasília era o oposto do que prometeu enquanto utopia futurista, também o arcabouço urbanístico agenciado como resposta aos fracassos da cidade modernista se baseou em seu oposto. Assim, a cidade tradicional ou histórica não foi apenas o ponto de comparação para a construção da crítica a Brasília, mas se transformou no próprio modelo de urbanismo a ser implementado em seu lugar. No entanto, a impossibilidade de voltar no tempo e reconstruir a cidade pré-modernista é um forte paradoxo do urbanismo pós-moderno, pois ele também se apresenta como uma utopia, uma proposta calcada na longa ideia do urbanismo e dos urbanistas de que sua atuação pode transformar a sociedade, melhorando-a.

Não há novidade nessas linhagens utópicas progressista e regressista no urbanismo. Já na década de 1960, a hoje canônica interpretação de Françoise Choay (2005), cunhou as categorias urbanismo progressista e urbanismo culturalista, uma crítica contundente sobre a utopia contida tanto no urbanismo da intuição futurista de transformações sociais futuras, quanto na nostalgia do urbanismo de uma ordem passada, que buscava “recriar um passado morto”.

[...] a valorização inconsiderada do passado leva a uma reificação do tempo, que é tratado ao modo de um espaço e como se fosse reversível. Chega-se assim, por canais diferentes, ao mesmo resultado que no urbanismo progressista. Ao utopismo progressista opõe o urbanismo nostálgico, e à religião do funcionalismo o culto dos valores ancestrais, cujos modos de funcionamento a história e a arqueologia desvendaram (CHOAY, 2005, p. 29).

Bauman (2017) afirma que estamos vivendo a “era da nostalgia”. A partir da análise desenvolvida no campo da literatura por Svetlana Boym em seu livro “*The future of nostalgia*” de 2001, Bauman qualifica o período contemporâneo como sendo marcado e definido culturalmente e politicamente por uma visão idealizada do passado, a nostalgia. Para Boym (2001), a nostalgia é “uma saudade de um lar que já não existe ou nunca existiu”, como “um sentimento de perda e deslocamento, mas também um romance com a própria fantasia”. Essa idealização é, para Bauman e Boym, uma resposta à aceleração das mudanças e do ritmo de vida, sendo um “mecanismo de defesa numa época de ritmos de vida acelerados e sublevações históricas”⁷. O passado, enquanto lugar conhecido, apresenta-se como uma referência segura, o oposto da realidade instável e do cotidiano incerto da sociedade contemporânea.

Assim, o homem do século XXI constrói outra utopia: um arcabouço cultural para projetar e planejar o futuro que não se alicerça mais no desconhecido e na experimentação inovadora, mas sim no passado. A utopia, enquanto “[...] sonho humano milenar de retornar ao paraíso, ou de estabelecer a bem-aventurança na terra” (BAUMAN, 2017, p. 10) é reorganizada sob a égide da nostalgia em seu sentido mais profundo, de desejo pela reconstrução de um passado que nunca existiu, ao menos na configuração pacificada, harmoniosa e alisada, despida de tensionamentos e complexidades com que esse passado é evocado e prometido.

É a promessa de reconstruir o lar ideal que está no cerne de muitas ideologias poderosas de hoje, tentando-nos a renunciar ao pensamento crítico por laços emocionais. O perigo da nostalgia é que ela tende a confundir o lar real e o imaginário (BOYM, 2001, *e-book*, tradução nossa)⁸.

A força das narrativas nostálgicas não pode ser ignorada. Bauman (2017, p. 10) as interpreta como retrotopias, “[...] visões instaladas num passado perdido/roubado/abandonado, mas que não morreu”, que se desconectam da possibilidade de um futuro “[...] ainda todavia por nascer e, por isso, inexistente”. Essa evocação nostálgica é, em grande medida, a-histórica, ao negar as complexidades conflituosas das infinitas narrativas que a trama histórica engendra, e que em muito se distanciam de um passado seguro, tranquilo, acolhedor, como prometem as retrotopias.

Bauman discute as dimensões sociais e políticas da retrotopia, enquanto Boym discute suas implicações culturais, a partir do campo da literatura. Aqui, discutimos as contrapropostas a Brasília enquanto *retrotopias urbanísticas*, ideias baseadas em modelos de cidade imbuídos de nostalgia e idealização da história enquanto princípios norteadores do projeto urbano, tão utópicas quanto a própria narrativa heroica da nova capital. Não escapam ao universo propositivo que compreende o projeto como uma ferramenta de reforma social, que pode melhorar e aprimorar a sociedade imperfeita.

A PERSPECTIVA ATÓPICA

Rem Koolhaas and Bruce Mau (1998), no capítulo “O que aconteceu com o Urbanismo?”, do livro *S,M,L,XL* afirma, categoricamente, que o Urbanismo desapareceu enquanto profissão exatamente no momento em que a urbanização se intensificou no mundo todo. Em outro texto igualmente impactante sobre a ‘Cidade Genérica’, Koolhaas identifica esse processo de urbanização com a homogeneização das paisagens urbanas contemporâneas, aparentemente acidental e geralmente deplorável, mas também como um processo intencional de distanciamento da diferença e aproximação da semelhança, um despojamento da identidade e o afloramento do genérico.

O filósofo Byung-Chul Han (2017) chama esse fenômeno de homogeneização de “inferno do igual”, caracterizado por uma erosão do outro. Han enfatiza que o ‘desaparecimento do outro’ é um processo dramático, que ocorre cada vez mais de mãos dadas com a narcisificação do *si-mesmo* no mundo contemporâneo. Assim, a tendência da sociedade é eliminar a alteridade e a ‘experiência do outro’ que pressupõe a experiência erótica, que é uma relação assimétrica que passa pela negatividade do outro. Ele argumenta que a sociedade atual não admite a negatividade, a “estranheza” do outro, que busca uma sabedoria estrangeira ao mundo dos homens, atópica, ou seja, “sem-lugar”.

No inferno do igual, que vai igualando cada vez mais a sociedade atual, já não mais nos encontramos, portanto, com a experiência erótica. Essa experiência pressupõe a assimetria e exterioridade do outro. Não por acaso, Sócrates enquanto amante, chama-a de *atopos*. O outro que eu desejo (*begehre*) e me fascina é *sem-lugar* (HAN, 2017, p. 9).

Neste sentido, a resistência do outro atópico estaria ausente do debate na disciplina do Urbanismo. Para Koolhaas, o desaparecimento do Urbanismo ocorreu pela falência de todos os seus agentes que, cegos por um “utopismo incurável”, se transformaram em propagadores de “suas fantasias, ideologias, pretensões e ilusões de envolvimento e controle” que não conseguiram responder ao desafio demográfico “apocalíptico” dos séculos XX e XXI.

Segundo Koolhaas, os urbanistas estão em um “perverso modo de piloto automático”, incapazes de enxergar a realidade incontornável da urbanização total, da grandeza e da velocidade do processo de crescimento e transformação da cidade contemporânea. O “piloto automático” é uma potente metáfora das práticas insistentes dos urbanistas, cuja “redescoberta tardia das virtudes da cidade clássica no momento da sua definitiva impossibilidade” apenas reforçam o descompasso entre o ideário do campo do Urbanismo e o cotidiano das cidades e da urbanização.

O modo “piloto automático” pode ser descrito pelo mesmo fenômeno que Han descreve como o “fim da teoria”. O filósofo critica os posicionamentos teóricos onde a correlação substitui a causalidade. Em um mundo cada vez mais capaz de mensurar e acumular informação, buscam-se modelos somente

baseados na verificação ou na refutação por experimentos e análises de dados. O mesmo paralelo pode ser considerado sobre o planejamento e projeto urbano, nas quais as teorias sobre a urbanização das cidades passam a ser modelos (*patterns*, filiações ou indicadores) ou mesmo hipóteses que podem ser verificadas ou refutadas somente a partir de experimentos ou observações empíricas.

Para Han, teorias como as ideias de Platão ou a fenomenologia de Hegel apresentam-se como questionamento, que contrariamente à positividade dos dados, buscam a verdade ou o conhecimento. Segundo o filósofo coreano, o conhecimento, ao contrário da visão positivista, é uma negatividade, que pode ser precedida por uma “experiência” e faz-se presente como algo totalmente distinto. O posicionamento teórico coloca-se como narrativa, onde “A sociedade da transparência e a sociedade da informação é uma sociedade com alto nível de barulho. Mas sem negatividade só irá existir o igual. O espírito, que originalmente significa inquietação, deve a essa sua vivacidade” (HAN, 2017, p. 87).

Abrir espaço na discussão sobre urbanismo, projeto e planejamento urbano significa sair do ‘inferno do igual’ e conduzir à atopia, onde o projeto passa a ocupar o “*sem-lugar*” da inquietação, assume sua vulneração e a negatividade da derrocada e do imprevisível. A sociedade do desempenho, dominada pelo poder, onde tudo é possível, tudo é empreendimento e projeto necessita abrir espaço à utopia do eros. Para Han, a sociedade do desempenho está totalmente dominada pelo verbo modal poder, onde “o apelo à motivação, à iniciativa e ao projeto é muito mais efetivo para a exploração do que o chicote ou as ordens”. O eros é precisamente o modal negativo, o *não-poder-poder*, não há relação de troca sob controle, trata-se de uma relação assimétrica com o outro. Para o filósofo, a experiência erótica é uma clareira no tempo, uma duração, algo que transcende a mera adição ou acumulação, ou seja, “[...] a atopia do outro mostra ser a utopia do eros” (HAN, 2017, p. 13).

[...] o eros é precisamente uma relação com o outro, que se radica para além do desempenho e poder. Seu verbo modal negativo é não-poder-poder. A negatividade da alteridade, a saber, a atopia do outro, que se subtrai de todo e qualquer poder, é constitutiva para a experiência erótica” (HAN, 2017, p. 25).

Han destaca a atitude atópica no movimento surrealista do início do século XX e sublinha as palavras de André Breton onde “[...] o eros é o medium de uma revolução poética da linguagem e da existência” (HAN, 2017, p. 81).

PARA ALÉM DO PLANO PILOTO

Brasília produziu descontinuidades ao seu projeto inicial ao construir eventos, episódios que configuraram camadas na paisagem planejada em construção. A região periférica ao Plano Piloto, considerada como uma paisagem fragmentada, passa somente a ser vista como um território retalhado por regiões

administrativas fazendo com que suas fronteiras e interstícios se tornassem vazios residuais sem significado. O impacto na paisagem é desolador, pois os estudos de planejamento ignoram esses territórios, naturais e antrópicos, como um *continuum* espacial. Essa problemática não é fato isolado e repete-se em várias outras áreas da capital federal, assim como em tantas outras áreas metropolitanas brasileiras. Há uma paisagem controlada, artificial, mas paralelamente há fissuras e possibilidades a outras Brasília existentes, não tão silenciosas, assépticas ou literais ao seu projeto.

Analisada a partir de sua topografia, infraestruturas urbanas e articulações da paisagem natural, Brasília configura-se através de outras narrativas de planejamento para além do Plano Piloto. Entre o Eixo Monumental e a Estrada Parque Taguatinga (EPTG), paisagem monumental por excelência e primeiro eixo de urbanização, articula-se a paisagem projetada de pilotis, terraplenos e lago artificial à paisagem natural de grandes platôs e matas ciliares ao longo de múltiplos córregos. Ao longo do eixo sudoeste, os núcleos urbanos sobrepõem-se às pré-existências dos primeiros povoamentos e da natureza própria do Brasil Central e configuram a paisagem metropolitana da capital.

A EPTG, antiga Estrada Parque, estrutura o eixo de urbanização à sudoeste do Plano Piloto, hoje transformada em uma via expressa agregadora de núcleos pioneiros dos primeiros candangos, mas também de outros construídos ao longo dos mais de 50 anos da capital. A via percorre desde o Plano Piloto – o Setor de Indústria e Abastecimento (SAI) –, a Região Administrativa do Guará, o conjunto Habitacional Lúcio Costa, o Setor de Mansões Park Way, a Região Administrativa de Águas Claras e a Colônia Agrícola Vicente Pires até Taguatinga. Esse percurso cotidiano na EPTG de mais de 2 milhões de habitantes revela camadas e narrativas outras de paisagens articuladoras de um planejamento inicialmente polinucleado e, hoje, paisagem metropolitana resultante de uma intensa urbanização em um território em conurbação. Outros eixos urbanizadores no Distrito Federal, que irradiam da centralidade do Plano Piloto originalmente projetado, revelam exatamente a mesma problemática territorial.

Esse emparelhamento de tecidos urbanos, camadas de cerrado e redes hidrográficas, costurados por estradas e percursos, podem ser interpretados como narrativas de uma mesma paisagem em transformação. Assim como o estudo da anatomia humana dissecar o corpo para estudo da forma e conhecimento de sua organização interna, traça-se narrativas da paisagem, para estudar a forma, a estrutura, percepção e apropriação de seus espaços. O “entre” da paisagem urbana dispersa, que constitui a urbe, suas infraestruturas, seus espaços abertos e seus espaços livres de uma arquitetura projetada com a topografia – visto como laboratório urbano –, abre novas abordagens de projeto, planejamento e intervenção no tecido urbano existente ou em novos projetos urbanísticos.

Enquanto projeto a ser revisitado, Brasília precisa ser discutida para além de mera projeção de ideais utópicos. A partir de outros modos de narrar, as sucessivas reconfigurações do projeto podem revelar questões outras, sejam estéticas, sociais ou políticas, inerentes à construção do lugar. Em uma atitude atópica – ou seja, desarmada da índole utópica de seu projeto como também da crítica retrotópica que nega seu valor de referência contemporânea –, novas leituras sobre Brasília podem revelar a trama narrativa que discute sua incompletude, táticas e percepções contidas nas sucessivas configurações do projeto em permanente construção.

POR UMA ABORDAGEM OUTRA DE BRASÍLIA

Como então desvencilhar Brasília do binarismo da utopia ou retrotopia – onde, por um lado, é exaltada e prescrita como modelo para materialização do progresso da nação; e por outro, é excomungada e tratada pela prescrição de modelos de “boa urbanidade” que vêm de fora? Como, mais ainda, transformar Brasília em uma referência útil para poder lidar com a complexidade e os desafios inerentes à cidade contemporânea? Enfim, que métodos permitem tal revisão?

Sem a pretensão de uma resposta única e definitiva a essas perguntas, argumentamos neste artigo pela estratégia da atopia para revisar nosso olhar viciado sobre Brasília para que apareça outra, real, atual, erótica. Essa “atualização” busca olhar o presente da cidade como fonte de entendimento e projeto, atualizando inclusive o ferramental de projeto urbano “caso a caso”. Assim, o urbanismo não aparece como um campo já conformado por limites pré-determinados e dobras sobre as quais a cidade deve se encaixar (para ser então corrigida). Ao contrário, esse “urbanismo atópico” permite identificar novas dobras e limites ao urbanismo, definindo (dando fim) a novos conceitos e estratégias.

Essa revisão de postura urbana não significa necessariamente acobertar ou, pior ainda, romantizar situações vigentes. Implica, em verdade, em considerar uma estratégia que aproveite, recicle e reaja a partir da realidade encontrada, sem prescrições prévias e externas. Em particular, consideramos essa postura fundamental para sermos capazes de lidar com a enormidade de situações urbanas contemporâneas que fogem ao salvamento pela via da prescrição de boas urbanidades ou pela via do patrimônio.

Que lições, desafios, dobras e limites surgem para o urbanismo quando observamos Brasília não pelo plano utópico ou retrotópico dos seus últimos 60 anos, mas por um “plano B”, alternativo, que emerge da abordagem atópica de sua realidade cotidiana e atual? Pela atopia, Brasília se libera dos limites que a achatam em formas prévias de compreensão urbana. A cidade ganha espessura e aparecem imediatamente as intensas articulações de seu solo esvaziado e ajardinado, bem como as cidades interiores de suas arquiteturas abstratas e imensas.

A paisagem de Brasília caracterizada pelas amplas esplanadas, pelas plataformas que se debruçam para as visuais da capital e pela permeabilidade do solo na travessia de seus pilotis traz o vazio planejado como categoria de projeto a ser analisada. O vazio no projeto traduz a tensão entre o modelo eficiente da tradição iluminista da metanarrativa moderna, da monumentalidade própria de uma expressão coletiva, mas também, contraditoriamente, a noção de vazio como potência, aquilo que se opõe à ação. O vazio representa, neste sentido, a espera de um devir, de uma promessa de transformação ou de novas apropriações (Figura 1).

Dissimulados por esses pletóricos vazios característicos das cenas imortalizadas da capital federal, corredores que ligam funções urbanas nos edifícios, atuando como “espaços de aparecer” interiores; térreos multiplicados em pavimentos infraestruturais com/para a cidade; “estacionamentos-jardins”

FIGURA 1 – Catedral de Brasília vista da Via S2, em 2019.

Fonte: Acervo dos autores.



que atualizam a posição dos carros no cotidiano e na paisagem; topografias articuladoras que tridimensionalizam a experiência do vazio – são algumas das dobras/desafios/lições que emergem na abordagem outra de Brasília.

A cidade como território planejado e construído passa então a poder ser analisada a partir de suas modificações e consolidações ao longo do tempo. Brasília deixa assim de ser somente a área urbano do Plano-Piloto e apresenta-se como cidade composta por um núcleo central e assentamentos periféricos. As chamadas cidades-satélites foram sendo projetadas e construídas em torno do plano piloto mesmo antes de sua inauguração da cidade. Narra-se, não somente a configuração da periferia como forma de preservação

do projeto de capital, mas também as reconfigurações da capital a partir das apropriações sociais das cidades satélites. Essa “abordagem outra” que se pretende instigar aqui considera a escala regional onde Brasília apresenta-se como território planejado e construído, mas também como paisagem metropolitana em transformação.

Enfim, toda uma Brasília invisibilizada pelas luzes ofuscantes do urbanismo utópico, seja ele futurista ou nostálgico, que uma abordagem outra permite revelar, discutir e transformar em referência de projeto, da morfologia urbana e seus processos de (des)territorialização contemporânea e reconfigurações da paisagem para além do planejado *stricto sensu*.

NOTAS

1. Apoio/Support: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Universal 2016, Processo: 427807/2016-6); Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (Processo nº12723.60.31, 740.14072016); : Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PQ 2018, Processo nº427807/2016-6 e PQ 2018, Processo nº310254/2018-3); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Universal 2018, Processo nº420172/2018-1).
2. Em *A regra e o modelo*, Françoise Choay discute esse aprisionamento da utopia num eterno status de livro que seria assim, por definição, afastada de toda prática política e abre espaço para considerá-la como paradigma para o urbanismo (CHOAY, 2010).
3. Paulo Tavares (2013) analisa o processo de ocupação da Amazônia brasileira, especialmente após os anos 1950, comentando inclusive sobre a construção de Brasília. Também os trabalhos de Barbo (2010, 2015) e Palazzo (2015) contribuem nessa direção, esmiuçando as pré-existências no território do Planalto Central e em Goiás como forma de reconhecê-las.
4. Esse lugar fora do mundo povoado e conhecido não deixa de ter relação com o mito da tábula rasa explorado pelos urbanistas do Movimento Moderno.
5. Mesmo que ainda muito dependente do *De Architectura* de Vitrúvio – uma referência à Antiguidade característica do Renascimento italiano – o *De Re aedificatoria* (‘Sobre a arte de construir’), escrito entre 1443 e 1452, instaura um gênero literário dedicado à definição e difusão de regras em arquitetura que se distingue dos textos anteriores por buscar uma sistematização e suficiente desprendimento em relação a crenças religiosas e totalitarismos políticos (CHOAY, 2010). Isso lhe conferiu perenidade, atravessando diferentes regimes políticos e conjunturas econômicas e sociais ao longo de muitos séculos, moldando parte substancial da cultura arquitetônica, de sua base de conhecimentos especializados, assim como da forma como entende sua relação com a sociedade.
6. Carlos Eduardo Berriel atenta para o fato de que esses pensadores utópicos não eram meros sonhadores, mas exímios conhecedores dos problemas de seu tempo. Lembra, nesse sentido, que Thomas Morus foi “brilhante político nomeado, em 1529, grão-chanceler da Inglaterra e que foi pensando neles que publicou em 1516 a sua *Utopia*.” Berriel ilustra ainda essa superação da própria arquitetura pela noção de construção social com a definição de cidade dada pelo próprio Alberti em seu *De re aedificatoria*, e na qual “as classes são distribuídas em bairros diferentes, as ruas são reservadas para determinados ofícios, são previstos asilos para os pobres” (BERRIEL, 2004). Entre outros exemplos, menciona ainda detalhes do projeto de Filarete para a cidade de Sforzinda presente em seu *Tratatto di architectura* de 1465. Nele há especificações sobre o processo de construção (necessidades em tempo, homens e materiais), dimensões de ruas e praças e localização das diferentes atividades: “áreas para joalheiros e banqueiros, edifícios para as corporações e os negócios, banheiros públicos, hospitais, prédios para os médicos e a administração.” E chega até mesmo a determinar que “as crianças pobres

são educadas em colégios especiais, usam uniformes, dormem 7 horas por noite, a disciplina é férrea, a dieta frugal.”

7. No original: “*Nostalgia inevitably reappears as a defense mechanism in a time of accelerated rhythms of life and historical upheavals*”.
8. No original: “*It is the promise to rebuild the ideal home that lies at the core of many powerful ideologies of today, tempting us to relinquish critical thinking for emotional bonding. The danger of nostalgia is that it tends to confuse the actual home and the imaginary one*”.

REFERÊNCIAS

- BARBO, L. C. *Preexistência de Brasília: reconstruir o território para construir a memória*. 2010. 384 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- BARBO, L. C. *Cartografia histórica: território, caminhos e povoados em Goiás: 1722-1889*. 2015. 348 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- BAUMAN, Z. *Retrotopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2017.
- BERRIEL, C. E. O. Cidades utópicas do Renascimento. *Ciência e Cultura*, v. 56, n. 2, p. 46-48, 2004.
- BICCA, P. Brasília: mitos e realidades. In: XAVIER, A.; KATINSKY, J. R. (ed.). *Brasília: antologia crítica*. São Paulo: Cosac Naify, 2012. p. 208-218. (Coleção Face Norte).
- BOYM, S. *The Future of nostalgia*. Nova York: Basic Books, 2001. E-book Kindle.
- CHOAY, F. *A regra e o modelo, sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.
- CHOAY, F. *O urbanismo utopias e realidades: uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- COSTA, L. “Memória Descritiva do Plano Piloto.” In: COSTA, L. *Lucio Costa, Registro de uma vivência*. São Paulo: Editora das Artes, 1995. p. 283-297.
- FARRET, R. L. O Estado, a questão territorial e as bases da implantação de Brasília. In: BICCA, P.; PAVIANI, A. *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo: Projeto Editores Associados; Brasília: CNPq, 1985. p. 17-26.
- HAN, B.-C. *A agonia do eros*. São Paulo: Vozes, 2017.
- HOLANDA, F. R. B. *O espaço de exceção*. Brasília: Editora UnB, 2002.
- HOLSTON, J. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- KOOLHAAS, R.; MAU, B. *S,M,L,XL*. 2nd. New York: Monacelli Press, 1998.
- KUBITSCHECK, J. *Por que construí Brasília*. Bloch Editores, 2006.
- PALAZZO, P. P. Planaltina e suas narrativas: cultura, memória e patrimônio em publicações locais desde o século XX. *Historiae*, v. 6, n. 2, p. 360-382, 2015.
- SANTOS, C. N. F. *Brasília: Belo sonho ideológico que se tornou um pesadelo (1979)*. In: XAVIER, A.; KATINSKY, J. R. (ed.). *Brasília: antologia crítica*. São Paulo: Cosac Naify, 2012. p. 198-202. (Coleção Face Norte).
- TAVARES, P. The Geological Imperative: On the Political Ecology of the Amazonia’s Deep History. In: TURPIN, E. (ed.). *Architecture in the anthropocene: encounters among design, deep time, science and philosophy*. London: Open Humanities Press, 2013. p. 1-59.
- UN HABITAT. *International Guidelines on Urban and Territorial Planning*. Nairobi: United Nations, 2015.

LUCIANA SABOIA

id 0000-0002-9169-0515 | Universidade de Brasília | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Departamento de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo | *Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, 70.910-900, Brasília, DF, Brasil* | E-mail: lucianasaboia@unb.br

GUILHERME LASSANCE

id 0000-0002-0160-4100 | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Departamento de Projeto de Arquitetura | Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

CAROLINA PESCATORI

id 0000-0002-4361-2598 | Universidade de Brasília | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Departamento de Projeto e Expressão | Brasília, DF, Brasil.

CAUÊ CAPILLÉ

id 0000-0003-1204-4206 | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Departamento de Projeto de Arquitetura | Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

COLABORAÇÃO

Todos os autores colaboraram igualmente nas etapas de construção do problema de pesquisa; desenvolvimento do argumento a partir de revisão bibliográfica e análise crítica; e escrita do texto final do artigo.

COMO CITAR ESTE ARTIGO/HOW TO CITE THIS ARTICLE

SABOIA, L. et al. Brasília e a possibilidade de um urbanismo não utópico. *Oculum Ensaíos*, v. 19, e225273, 2022. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v19e2022a5273>

RECEBIDO EM
29/1/2021

APROVADO EM
16/3/2022